

PROCESSO SELETIVO PARA JUIZ LEIGO

I – Questões sobre Juizado Especial Cível (Lei n.º 9.099/95)

1) Assinale a alternativa correta:

- a) o prazo para interpor recurso de apelação no Juizado Especial Cível é de 10 dias.
- b) o prazo para interpor recurso de apelação no Juizado Especial Cível é de 15 dias.
- c) o prazo para interpor recurso inominado no Juizado Especial Cível é de 15 dias.
- d) o prazo para interpor recurso inominado no Juizado Especial Cível é de 10 dias.

2) Assinale a alternativa correta:

- a) a interposição dos embargos de declaração interrompe o prazo recursal.
- b) a interposição dos embargos de declaração suspende o prazo recursal.
- c) a interposição dos embargos de declaração não suspende e tampouco interrompe o prazo recursal.
- d) a interposição dos embargos de declaração é admitida no Juizado Especial Cível, porém o efeito interruptivo do prazo recursal está condicionado ao provimento dos embargos de declaração.

3) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

- a) as causas cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo.
- b) as ações de despejo.
- c) as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente a quarenta salários mínimos.
- d) as ações relativas ao inventário e partilha de bens.

4) É competente, para as causas previstas na lei 9.099/95, o Juizado Especial Cível do foro:

- a) do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório.
- b) do incapaz, quando for autor ou réu.
- c) do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações renovatórias.
- d) do domicílio da mulher, nas ações de alimentos.

5) Caio ingressou no Juizado Especial Cível com ação de reparação de danos em face de Tício, tendo em vista que foi vítima de acidente de trânsito. Tício, ao apresentar sua contestação em audiência, requereu, como preliminar, a denúncia da lide à seguradora, comprovando documentalmente o contrato de seguro firmado. Assinale a alternativa correta:

- a) a denúncia da lide deve ser acolhida pelo Juiz de Direito, de modo a observar as regras do Código de Processo Civil relativas a esta modalidade de intervenção de terceiro.
- b) a denúncia da lide não deve ser acolhida pelo Juiz de Direito, pois no Juizado Especial Cível esta modalidade de intervenção de terceiro somente é admitida quando feita através de pedido contraposto.
- c) a denúncia da lide não deve ser acolhida pelo Juiz de Direito, pois no Juizado Especial Cível esta modalidade de intervenção de terceiro não é admitida pela lei 9.099/95, com exceção da assistência.
- d) a denúncia da lide não deve ser acolhida pelo Juiz de Direito, pois no Juizado Especial Cível esta modalidade de intervenção de terceiro não é admitida pela lei 9.099/95.

6) Caio ingressou com ação de título executivo extrajudicial em face de José no Juizado Especial Cível da comarca de São Jerônimo da Serra. Foram feitas várias tentativas de citação, todas infrutíferas. Descobriu-se que José está preso no município de Londrina, cumprindo pena em regime fechado. Assinale a alternativa correta:

a) A Serventia Judicial deve expedir carta precatória ao Juizado Especial Cível de Londrina para que a citação pessoal, através de Oficial de Justiça, seja feita na comarca de Londrina.

b) A Serventia Judicial deve expedir carta com aviso de recebimento para que a citação de José se efetive, já que esta modalidade de citação é admitida pela lei 9.099/90 e observa os princípios da simplicidade, informalidade, economia processual e oralidade.

c) O réu pode ser citado por carta precatória ou mediante correspondência, já que ao réu preso será dado Curador Especial como determina o Código de Processo Civil.

d) O processo deve ser extinto sem resolução de mérito por ser inadmissível o procedimento da lei 9.099/90 quando uma das partes estiver presa.

7) Assinale a alternativa correta:

a) No Juizado Especial Cível não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, exceto quando o pedido for genérico.

b) É nula a sentença condenatória na parte que exceder a alçada estabelecida na lei 9.099/95.

c) O conciliador que tiver dirigido a instrução proferirá sua decisão e imediatamente a submeterá ao Juiz togado, que poderá homologá-la, proferir outra em substituição ou, antes de se manifestar, determinar a realização de atos probatórios indispensáveis.

d) No Juizado Especial Cível não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido.

8) Assinale a alternativa correta:

- a) Na audiência de conciliação serão ouvidas as partes, colhida a prova e, em seguida, proferida a sentença. Também serão decididos de plano todos os incidentes que possam interferir no regular prosseguimento da audiência. As demais questões serão decididas na sentença.
- b) A contestação, que será oral ou escrita, conterà toda matéria de defesa e a arguição de suspeição ou impedimento do Juiz. Sobre os documentos apresentados por uma das partes, manifestar-se-á imediatamente a parte contrária, sem interrupção da audiência.
- c) Quando a prova do fato exigir, o Juiz poderá inquirir técnicos de sua confiança, permitida às partes a apresentação de parecer técnico. No curso da audiência, poderá o Juiz, de ofício ou a requerimento das partes, realizar inspeção em pessoas ou coisas, ou determinar que o faça pessoa de sua confiança, que lhe relatará informalmente o verificado.
- d) A instrução poderá ser dirigida por conciliador, sob a supervisão de Juiz Leigo.

9) Assinale a alternativa correta:

- a) Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei, quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo, bem como quando inadmissível o procedimento instituído por esta Lei ou seu prosseguimento, após a audiência de apresentação.
- b) Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei, quando for reconhecida a incompetência territorial e quando, falecido o autor, a habilitação depender de sentença ou não se der no prazo de trinta dias.
- c) Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei, quando, falecido o réu, o autor não promover a citação dos sucessores no prazo de sessenta dias da ciência do fato.
- d) A extinção do processo dependerá, em qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes.

10) Assinale a alternativa correta:

- a) No Juizado Especial Cível, os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais forem realizados.
- b) Obtida a conciliação, esta será reduzida a escrito e homologada pelo Juiz togado, mediante sentença com eficácia de título executivo extrajudicial.
- c) O preparo será feito nas quarenta e oito horas seguintes a contar da intimação, sob pena de deserção.
- d) As partes comunicarão ao juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo, reputando-se ineficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação.

II – Questões sobre Direito do Consumidor

11) Assinale a alternativa correta:

- a) A ausência de prévia comunicação ao consumidor da inscrição do seu nome em cadastros e proteção ao crédito, prevista no art. 43 , §2º do CDC, enseja o direito à compensação por danos morais, salvo quando preexistir inscrição desabonadora regularmente realizada.
- b) Diante das regras previstas no Código de Defesa do Consumidor, mesmo havendo regular inscrição do nome do devedor em cadastro de órgão de proteção ao crédito, após o integral pagamento da dívida, incumbe ao credor requerer a exclusão do registro desabonador, no prazo de 48 horas, a contar do primeiro dia útil subsequente à completa disponibilização do numerário necessário à quitação do débito vencido.
- c) Para adimplemento, pelos cadastros de inadimplência, da obrigação consubstanciada no art. 43, §2º, do CDC, não basta que comprovem a postagem, ao consumidor, da correspondência notificando-o quanto à inscrição de seu nome no respectivo cadastro, sendo necessário aviso de recebimento.
- d) Diante da presunção legal de veracidade e publicidade inerente aos registros do cartório de protesto, a reprodução objetiva, fiel, atualizada e clara desses dados na base de órgão de proteção ao crédito não tem o condão de ensejar obrigação de reparação de danos, exceto se não houver a ciência do consumidor.

12) Assinale a alternativa correta:

- a) As "bandeiras"/marcas de cartão de crédito não respondem solidariamente com os bancos e as administradoras de cartão de crédito pelos danos decorrentes da má prestação de serviços.
- b) O início da contagem do prazo de decadência para a reclamação de vícios do produto (art. 26 do CDC) se dá após o encerramento da garantia contratual.
- c) A agência de turismo que comercializa pacotes de viagens não responde solidariamente, nos termos do art. 14 do CDC, pelos defeitos na prestação dos serviços que integram o pacote.
- d) A constatação de defeito em veículo zero-quilômetro revela hipótese de vício do produto e impõe a responsabilização exclusiva da concessionária.

13) Assinale a alternativa correta:

- a) A inscrição do nome do devedor pode ser mantida nos serviços de proteção ao crédito até o prazo máximo de três anos, independentemente da prescrição da execução.
- b) Cabe ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição.
- c) Nos contratos bancários posteriores ao Código de Defesa do Consumidor não incide a multa moratória nele prevista.
- d) O Código de Defesa do Consumidor não é aplicável à relação jurídica entre a entidade de previdência privada e seus participantes.

14) Assinale a alternativa correta:

- a) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em sessenta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
- b) Inicia-se a contagem do prazo prescricional a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.
- c) Obstat a decadência a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca.
- d) Obsta a decadência a instauração de inquérito civil e policial, até seu encerramento.

15) Assinale a alternativa correta:

- a) As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes deste código.
- b) As sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
- c) As sociedades coligadas não possuem responsabilidade.
- d) As sociedades consorciadas são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.

16) É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

- a) condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites qualitativos.
- b) recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, enviar ou entregar ao consumidor, mediante solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço.
- c) prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do fornecedor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços.
- d) executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor.

17) Assinale a alternativa correta:

- a) Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça. O consumidor cobrado em quantia indevida sempre tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais.
- b) Em todos os documentos de cobrança de débitos apresentados ao consumidor, deverão constar o nome, o endereço e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do fornecedor do produto ou serviço correspondente.
- c) O fornecedor de serviço será obrigado a entregar ao consumidor orçamento prévio discriminando o valor da mão-de-obra, dos materiais e equipamentos a serem empregados, as condições de pagamento, bem como as datas de início e término dos serviços. Salvo estipulação em contrário, o valor orçado terá validade pelo prazo de cinco dias, contado de seu recebimento pelo consumidor.
- d) A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando solicitada por ele.

18) São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

- a) estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em vantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade.
- b) imponham representante para concluir ou realizar outro negócio jurídico pelo fornecedor.
- c) deixem ao consumidor a opção de concluir ou não o contrato, embora obrigando o consumidor.
- d) permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral;

19) Presume-se exagerada, entre outros casos, a vantagem que:

- a) ofende os princípios constitucionais do sistema jurídico a que pertence.
- b) restringe direitos ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou equilíbrio contratual.
- c) se mostra excessivamente inadequada para o consumidor, considerando-se a natureza e conteúdo do contrato, o interesse das partes e outras circunstâncias peculiares ao caso.
- d) A nulidade de uma cláusula contratual abusiva nunca invalida o contrato.

20) Sobre o contrato de adesão:

- a) A inserção de cláusula no formulário desfigura a natureza de adesão do contrato.
- b) Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será inferior ao corpo quatorze, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor.
- c) As cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão.
- d) Sua elaboração é vedada pelo sistema jurídico brasileiro.

III – Questões sobre a Jurisprudência da Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Paraná (Enunciados)

21) Assinale a alternativa correta:

- a) A inscrição e/ou manutenção de dívida paga em órgãos de restrição ao crédito não configura dano moral.
- b) A inscrição em órgãos de restrição ao crédito baseada em fatura irregular, contendo cobrança de serviços não contratados ou ligações não realizadas, não acarreta dano moral, mas mero dissabor.
- c) A pessoa que não celebrou contrato com a empresa de telefonia não pode ser reputada devedora, nem penalizada com a inscrição de seu nome em órgãos de restrição ao crédito, em razão da vulnerabilidade do sistema de contratação da referida empresa, configurando dano moral a inscrição indevida.
- d) A suspensão/bloqueio do serviço de telefonia sem causa legítima não caracteriza dano moral, mas mero dissabor.

22) Assinale a alternativa correta:

- a) A recusa indevida de cobertura de plano de saúde acarreta, em regra, o dever de indenizar os danos (morais e materiais) causados ao consumidor.
- b) A demora ou a não entrega de produto adquirido pela internet não acarreta, em regra, dano moral.
- c) A venda de produto impróprio ao consumo não acarreta dano moral.
- d) O descaso com o consumidor que adquire produto com defeito e/ou vício não enseja dano moral, mas mero dissabor.

23) Assinale a alternativa correta:

- a) Simples afirmação da necessidade de realizar prova complexa afasta a competência do Juizado Especial.
- b) É nula a citação da pessoa física quando a respectiva carta é entregue no seu endereço e não é por ela recebida.
- c) A pessoa jurídica não pode formular pedido contraposto.
- d) Não cabe recurso adesivo no âmbito dos Juizados Especiais.

24) Assinale a alternativa correta:

- a) A instituição financeira não é responsável por danos causados por extravio de talonário de cheques havido antes de chegar às mãos do correntista.
- b) O cancelamento do limite de cheque especial, sem comunicação prévia ao consumidor e sem a devida motivação, não acarreta dano moral.
- c) A espera em fila de agência bancária, em tempo excessivo, caracteriza falha na prestação de serviço e enseja reparação por danos morais.
- d) Não é nula a cláusula contratual que estabelece a cobrança de juros e demais acréscimos sobre as parcelas não vencidas em caso de pagamento antecipado (art. 52, § 2.º, do CDC).

25) Assinale a alternativa correta:

- a) O cancelamento e/ou atraso de vôo, somado ao descaso e relapsia da companhia aérea quanto à demonstração da causa e forma de administração do incidente, enseja reparação por danos morais.
- b) O extravio de bagagem ou sua perda não gera responsabilidade da empresa aérea pelos danos (moral e material) causados ao consumidor, salvo má-fé da companhia aérea.
- c) A responsabilidade das concessionárias de pedágio é objetiva, salvo quando fundada em ato omissivo, razão pela qual os acidentes provocados por obstáculos ou animais na pista de rolagem acarretam o dever de indenizar os danos (morais e materiais) por parte da concessionária.
- d) A interrupção de corrente de energia elétrica caracteriza falha na prestação do serviço e o dever de indenizar por eventuais danos (morais e materiais) causados ao consumidor, visto que se trata de responsabilidade subjetiva.

26) Assinale a alternativa correta:

- a) Não existindo outros bens a satisfazer o crédito exequendo, possível a penhora de conta-salário no limite de 30%.
- b) Inexistindo bens passíveis de constrição judicial, a execução será extinta, podendo, contudo, ser renovada se indicados pelo credor novos bens dentro do prazo decadencial.
- c) Não é admissível o acesso da microempresa ou empresa de pequeno porte no sistema dos Juizados Especiais.
- d) Não é cabível a tutela antecipatória nos Juizados Especiais Cíveis.

27) Assinale a alternativa correta:

- a) Compete ao vendedor promover a transferência do veículo junto ao Detran, sendo responsável por danos decorrentes de sua inércia, sem prejuízo da aplicação do disposto no art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro.
- b) Havendo estacionamento na instituição de ensino ou no estabelecimento comercial, evidente o dever de vigilância e custódia sobre os automóveis, sendo tais entes responsáveis pelos danos (morais e materiais) causados.
- c) Não é presumida a existência de dano moral em caso de inscrição de débito em cadastros de inadimplentes causada por renovação automática de periódico.
- d) São indenizáveis as despesas contraídas pelas partes com contratação de advogado para defesa de seus interesses em juízo.

28) Assinale a alternativa correta:

- a) A cobrança da taxa de administração de consórcio superior a 10% é proibida.
- b) A remuneração do consórcio pela taxa de administração não torna abusiva a cobrança da taxa de adesão.
- c) Nos contratos de consórcio, a correção monetária dos valores a serem restituídos conta-se da data dos respectivos desembolsos, e os juros de mora são computados desde a citação.
- d) O fundo de reserva, por sua própria natureza, ao final do consórcio não deve ser devolvido.

29) Assinale a alternativa correta:

- a) Nos casos em que cabe a ação de locupletamento ilícito, torna-se necessária a discussão sobre a causa debendi.
- b) O emitente do título não pode opor exceções pessoais ao portador de boa-fé não integrante do negócio subjacente.
- c) A apresentação de cheque pré-datado antes da data ajustada não acarreta dano moral.
- d) Ninguém está obrigado a aceitar o pagamento por meio de cheque, não configurando dano moral a recusa desta forma de pagamento quando há exposição do devedor a qualquer constrangimento frente a terceiros.

30) Assinale a alternativa correta:

- a) O valor da indenização por danos morais deve ser arbitrado em reais, sendo vedada sua vinculação em salários mínimos (art. 7, IV, da CF).
- b) Cabível a multa cominatória em pedido que envolva a exibição de documentos
- c) Para o revel, a fluência de prazo depende de intimação.
- d) O art. 557, caput, e seus parágrafos 1º-A e 1º, do Código de Processo Civil, não são aplicáveis nos Juizados Especiais Cíveis, pois incompatíveis com os princípios norteadores do sistema.

IV – Questões sobre Direito Civil, Direito Administrativo e Direito Constitucional aplicável ao Juizado Especial Cível

31) Assinale a alternativa correta:

- a) Pelo contrato de compra e venda, um dos contratantes se obriga a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe certo preço em dinheiro.
- b) A compra e venda, quando impura, considerar-se-á obrigatória e perfeita, desde que as partes acordarem no objeto e no preço.
- c) A compra e venda não pode ter por objeto coisa atual ou futura.
- d) Se a venda não se realizar à vista de amostras, protótipos ou modelos, entender-se-á que o vendedor assegura ter a coisa as qualidades que a elas correspondem.

32) Assinale a alternativa correta:

- a) Anulável é o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
- b) Salvo cláusula em contrário, ficarão as despesas de escritura e registro a cargo do comprador, e a cargo do vendedor as da tradição.
- c) Sendo a venda a crédito, o vendedor não é obrigado a entregar a coisa antes de receber o preço.
- d) Até o momento da tradição, os riscos da coisa e do preço correm por conta do vendedor.

33) Assinale a alternativa correta:

- a) Cada um dos credores solidários não tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro.
- b) Enquanto alguns dos credores solidários não demandarem o devedor comum, a qualquer daqueles poderá este pagar.
- c) Se um dos credores solidários falecer deixando herdeiros, cada um destes só terá direito a exigir e receber a quota do crédito que corresponder ao seu quinhão hereditário, mesmo sendo a obrigação indivisível.
- d) Convertendo-se a prestação em obrigação de fazer, subsiste, para todos os efeitos, a solidariedade.

34) Assinale a alternativa correta:

- a) Pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra riscos indeterminados.
- b) O contrato de seguro prova-se somente com a exibição do documento comprobatório do pagamento do respectivo prêmio.
- c) A emissão da apólice não pode ser precedida de proposta escrita com a declaração dos elementos essenciais do interesse a ser garantido e do risco.
- d) Nulo será o contrato para garantia de risco proveniente de ato doloso do segurado, do beneficiário, ou de representante de um ou de outro.

35) Assinale a alternativa correta:

- a) Sob pena de perder o direito à indenização, o segurado participará o sinistro ao segurador, logo que o saiba, e tomará as providências imediatas para minorar-lhe as consequências.
- b) Correm à conta do segurado, até o limite fixado no contrato, as despesas de salvamento consequente ao sinistro.
- c) A recondução tácita do contrato pelo mesmo prazo, mediante expressa cláusula contratual, poderá operar mais de uma vez.
- d) O segurador é sempre obrigado a pagar em dinheiro o prejuízo resultante do risco assumido.

36) Assinale a alternativa correta:

- a) Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir em dobro o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.
- b) A restituição é devida, não só quando não tenha havido causa que justifique o enriquecimento, mas também se esta deixou de existir.
- c) Sempre caberá a restituição por enriquecimento, ainda se a lei conferir ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuízo sofrido.
- d) Se o enriquecimento tiver por objeto coisa determinada, quem a recebeu é obrigado a restituí-la, e, se a coisa não mais subsistir, a restituição se fará pela aquisição de bem equivalente.

37) Assinale a alternativa correta:

- a) O valor da cominação imposta na cláusula penal pode exceder o da obrigação principal.
- b) Quando a obrigação for indivisível, só incorre na pena o devedor ou o herdeiro do devedor que a infringir, e proporcionalmente à sua parte na obrigação.
- c) Para exigir a pena convencional, não é necessário que o credor alegue prejuízo.
- d) A cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação, ou em ato posterior, pode referir-se somente à inexecução completa da obrigação.

38) Assinale a alternativa correta:

- a) Considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento e o credor que não quiser recebê-lo no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer.
- b) Responde o devedor pelos prejuízos a que sua mora der causa, mais juros, atualização dos valores monetários segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, exceto honorários de advogado.
- c) Não havendo termo, a mora se constitui somente mediante interpelação judicial.
- d) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora desde a citação.

39) Assinale a alternativa correta:

- a) Efetuar-se-á o pagamento no domicílio do credor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias.
- b) Designados dois ou mais lugares, cabe ao devedor escolher entre eles.
- c) Se o pagamento consistir na tradição de um bem móvel, ou em prestações relativas a imóvel, far-se-á no lugar onde situado o bem.
- d) Ocorrendo motivo grave para que se não efetue o pagamento no lugar determinado, poderá o devedor fazê-lo em outro, sem prejuízo para o credor.

40) Assinale a alternativa correta:

- a) O Juizado Especial Cível não possui previsão constitucional, mas tão somente previsão infraconstitucional.
- b) O Juizado Especial Cível possui previsão constitucional e sua criação foi prevista na Constituição Federal de 1988.
- c) São atributos do ato administrativo: presunção de legitimidade, auto-executoriedade, hiperatividade e exigibilidade ou coercibilidade.
- d) No Direito Administrativo o princípio da legalidade está previsto na Constituição da República de 1988 e se aplica somente à União e aos Estados, podendo os municípios, entes federados de menor porte, mitigá-lo através de lei municipal.

V – Questões sobre Juizado Especial da Fazenda Pública (lei nº 12.153/2009)

41) Assinale a alternativa correta:

- a) Os Juizados Especiais da Fazenda Pública, órgãos da justiça comum e integrantes do Sistema dos Juizados Especiais, serão criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados nos municípios, para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência.
- b) O sistema dos Juizados Especiais dos Estados e do Distrito Federal é formado pelos Juizados Especiais Cíveis, Juizados Especiais Criminais e Juizados Especiais da Fazenda Pública.
- c) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 40 (quarenta) salários mínimos.
- d) Nas causas de que trata a lei nº 12.153/09 (lei do Juizado Especial da Fazenda Pública) haverá reexame necessário.

42) Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública:

- a) as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos.
- b) as causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, exceto as causas das autarquias e fundações públicas a eles vinculadas.
- c) as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis, exceto as sanções disciplinares aplicadas a militares.
- d) as causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, exceto as causas das autarquias, fundações públicas e sociedades de economia mista a eles vinculadas.

43) Assinale a alternativa correta:

- a) Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de 12 (doze) parcelas vincendas e de eventuais parcelas vencidas não poderá exceder o valor de quarenta salários mínimos.
- b) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é relativa.
- c) O juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação.
- d) O juiz poderá, somente mediante requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação.

44) Assinale a alternativa correta:

- a) Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública: como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.
- b) Podem ser partes no Juizado Especial Cível da Fazenda Pública: como autores, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas.
- c) Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública: como réus, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.
- d) Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública: como autores e réus, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.

45) Assinale a alternativa correta:

- a) Haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- b) Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência poderão conciliar e transigir, exceto desistir nos processos da competência dos Juizados Especiais, nos termos e nas hipóteses previstas na lei do respectivo ente da Federação.
- c) A entidade ré deverá fornecer ao Juizado a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, apresentando-a até a instalação da audiência de conciliação.
- d) Para efetuar o exame técnico necessário à conciliação ou ao julgamento da causa, o juiz nomeará pessoa habilitada, que apresentará o laudo até 10 (dez) dias antes da audiência.

46) Assinale a alternativa correta:

- a) O cumprimento do acordo ou da sentença, com trânsito em julgado, que imponham obrigação de fazer, não fazer ou entrega de coisa certa, será efetuado mediante ofício do juiz à autoridade citada para a causa, com cópia da sentença ou do acordo.
- b) Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da entrega da requisição do juiz à autoridade citada para a causa, independentemente de precatório, na hipótese do § 3º do art. 100 da Constituição Federal.
- c) Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da entrega da requisição do juiz à autoridade citada para a causa, independentemente de precatório, na hipótese do § 3º do art. 100 da Constituição Federal.
- d) Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contado da entrega da requisição do juiz à autoridade citada para a causa, independentemente de precatório, na hipótese do § 3º do art. 100 da Constituição Federal.

47) Assinale a alternativa correta:

- a) Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido para pagamento independentemente do precatório, o pagamento far-se-á, sempre, por meio do precatório, não sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente.
- b) O saque do valor depositado poderá ser feito pela parte autora, pessoalmente, em qualquer agência do banco depositário, mediante alvará.
- c) O saque por meio de procurador somente poderá ser feito na agência destinatária do depósito, mediante procuração específica, com firma reconhecida, da qual constem o valor originalmente depositado e sua procedência.
- d) Desatendida a requisição judicial, o juiz, imediatamente, determinará a penhora do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, dispensada a audiência da Fazenda Pública.

48) Assinale a alternativa correta:

- a) Os Juizados Especiais da Fazenda Pública serão instalados pelos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal em seus municípios.
- b) Não haverá Juizados Especiais Adjuntos.
- c) Serão designados, na forma da legislação dos Estados e do Distrito Federal, conciliadores e juízes leigos dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.
- d) Os conciliadores e juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados entre advogados com mais de 2 (dois) anos de experiência.

49) Assinale a alternativa correta:

- a) Os juízes leigos ficarão impedidos de exercer a advocacia perante todos os Juizados Especiais da Fazenda Pública instalados em território nacional, enquanto no desempenho de suas funções.
- b) Cabe ao conciliador, sob a supervisão do juiz, conduzir a audiência de instrução.
- c) Poderá o conciliador, para fins de julgamento da causa, ouvir as partes e testemunhas sobre os contornos fáticos da controvérsia.
- d) Não obtida a conciliação, caberá ao conciliador, sob a supervisão do juiz, presidir a instrução do processo, podendo dispensar novos depoimentos, se entender suficientes para o julgamento da causa os esclarecimentos já constantes dos autos, e não houver impugnação das partes.

50) Assinale a alternativa correta:

- a) As obrigações definidas como de pequeno valor a serem pagas independentemente de precatório terão como limite o que for estabelecido na lei do Juizado Especial da Fazenda Pública.
- b) As obrigações definidas como de pequeno valor a serem pagas independentemente de precatório terão como limite o que for estabelecido na lei do respectivo ente da Federação.
- c) As obrigações definidas como de pequeno valor a serem pagas independentemente de precatório terão como limite o que for estabelecido na Constituição Federal (Art. 100 da CF).
- d) As obrigações definidas como de pequeno valor a serem pagas independentemente de precatório terão como limite o que for estabelecido na Constituição Estadual, em razão da autonomia administrativa e financeira dos entes federados.